

## UNIÃO E INTEGRAÇÃO

# Magistrados celebram 60 anos da Amagis na capital e interior

Izabela Machado



**Magistrados da região Leste participaram de encontro jurídico em Governador Valadares**

Georgia Baçvaroff



**As seis décadas da Associação também foram comemoradas no Integramagis com palestra, em BH**

Mais uma vez, magistrados da capital e do interior, a exemplo do processo de criação da Amagis, demonstraram a união da classe nas celebrações dos 60 anos da Amagis. No dia 14 de agosto, juízes da região Leste se reuniram, na Comarca de Governador Valadares, para participar de encontro jurídico e comemorar as seis décadas do associativismo mineiro.

Em Belo Horizonte, no dia 20 de agosto, magistrados e seus familiares estiveram presentes na edição especial do Integramagis, para fazer a mesma homenagem à Associação. No dia 9 de outubro, de novo, juízes da capital e do interior estarão juntos, em BH, para a comemoração, que também será realizada pela Assembleia Legislativa no mesmo mês.

**Páginas 8 e 9**

Justiça suspende  
campanha difamatória  
contra a magistratura

**Página 3**

TJ atende pedido da  
Amagis e instala sistema  
que grava audiência

**Página 4**

Diretoria da Associação  
reúne-se com juízes de  
Paraopeba e região

**Página 7**

Amagis Saúde mantém  
índice positivo em  
avaliação de desempenho

**Página 24**

# Sessenta anos e a missão maior: valorizar e defender o magistrado

HERBERT CARNEIRO\*

**S**ejam seis ou 60 anos de atuação associativa, a Amagis celebrará sempre seus avanços e conquistas, mas nunca, em hipótese alguma, descuidará de sua principal e original missão, que é a valorização e a inarredável defesa do magistrado. Não assistiremos de braços cruzados a ataques, sejam pontuais ou resultado de campanhas orquestradas e difamatórias, de quem quer que seja ou que se julgue no direito de cometer abusos e agressões.

O maior patrimônio dos magistrados é a sua honra e o compromisso inarredável com a Constituição e o Estado de Direito. As mesmas leis e Justiça que resguardam o direito dos cidadãos também abrigam os dos magistrados.

Ninguém construirá algo com calúnias ou agressões no ambiente democrático. Nossa experiência de seis décadas de vitoriosa trajetória associativa, intensamente comemoradas neste ano, nos ensinou que o caminho da construção e das conquistas passa pelo intenso diálogo e permanente interlocução com os Três Poderes e a sociedade organizada, sempre em defesa da democracia, do respeito e da efetividade da prestação jurisdicional.

Estamos, e devemos estar sempre, em evolução e permanente aperfeiçoamento e em sintonia com as demandas do cidadão. Quanto mais alcançamos esse estágio, maior será a importância social dos magistrados e institucional do Poder Judiciário. Por isso, focamos a defesa e independência do magistrado e o fortalecimento do Judiciário para que conquistemos a plenitude de suas funções.

Reconhecemos, também, que a Justiça brasileira é lenta, burocratizada e que precisa de transformação e modernização profundas, para retomada de sua missão maior de promotora da cidadania e da paz social. Enormes são os desafios para o aprimoramento do sistema de Justiça, mas, maior ainda, o compromisso, em especial dos magistrados, para vencê-los.

Importante registrar que o Judiciário brasileiro não está inerte, mas caminha para frente, se renova e se prepara para o futuro: tem metas

assentadas em planejamento estratégico, qualifica a sua gestão e persegue resultados satisfatórios; pratica orçamento participativo; investe, primordialmente, no processo judicial eletrônico; fortalece as escolas judiciais, habilitando-as para seleção e formação de magistrados e servidores; atua, firmemente, nas culturas de conciliação e mediação e exerce forte influência no aprimoramento e simplificação das leis e códigos vigentes. Tudo isso nos reconforta e revigora na caminhada pela realização do Judiciário do nosso tempo.

Neste 2015, podemos até ser chamados de repetitivos em homenagear os 60 anos de nossa sempre ativa Amagis, mas seremos, com certeza, compreendidos porque não é uma conquista qualquer, como já foi reconhecido nos eventos

realizados com os colegas da Zona da Mata, do Sul de Minas, do Norte e do Leste. Estivemos no mês passado em Governador Valadares, onde juízes da região reafirmaram o compromisso e identidade com a legítima representante e braço político da magistratura mineira.

Como tem sido nossa marca, agregando valor às celebrações, realizamos encontro jurídico do qual o aprimoramento do Judiciário tem sido pauta constante, especialmente neste ano de transição entre o

código de processo civil vigente e o que valerá a partir de 2016. Não restam dúvidas de que a mudança representa e trará avanços, que só poderão ser medidos e exercidos pela compreensão e protagonismo da magistratura.

A mudança será tanto maior quanto nossa capacidade de entendê-la e adequá-la ao sentimento e reclamo da sociedade por uma Justiça mais ágil, desembaraçada dos óbices que dificultam sua efetividade.

Desde já, estamos em contagem regressiva para o grande evento do dia 21 de outubro, quando, de fato e de direito, a Amagis completa oficialmente as seis décadas de existência e de trajetória vitoriosa, para o qual contamos com a presença e integração de todos os magistrados, do interior e da capital, que ajudaram a construir o que somos hoje. ●

(\*) Presidente da Amagis

**“Estamos, e devemos estar sempre, em evolução e permanente aperfeiçoamento e em sintonia com as demandas do cidadão”**



**Jornal Mensal da  
Associação dos  
Magistrados Mineiros  
AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

**ISSN - 1981-4577  
(Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569  
(Decisão On-line)**

**Presidente:**

Desembargador Herbert  
José Almeida Carneiro

**Vice-presidente Administrativa:**  
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

**Vice-presidente Financeiro:**  
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

**Vice-presidente de Saúde:**  
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos  
Aposentados e Pensionistas:**  
Desembargador Tibagy  
Salles Oliveira

**Vice-presidente do Interior:**  
Juíza Ivone Campos  
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente  
Sócio-cultural-Esportivo:**  
Desembargador Tiago Pinto

**Diretor-Secretário:**  
Morvan Rabêlo de Rezende

**Diretora-Subsecretária:**  
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

**Diretoras de Comunicação:**  
Juízas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**  
Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

**Projeto Gráfico:**  
Agência Graffo

**Diagramação:**  
Fosfato Comunicação Digital

**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

**Tiragem:** 2.300 exemplares

## ÍNDICE

Medida solicitada  
pela Associação  
é implementada

4

» Amagis suspende, na Justiça, campanha difamatória 03  
» Medida solicitada pela Associação é implementada 04  
» Amagis leva pauta dos aposentados ao TJMG 05  
» Jornal apoia ação de valorização 05  
» Órgão Especial aprova novo orçamento do TJ para 2016 06  
» Diretoria reúne-se com juízes de Paraopeba e região 07  
» Confraternização e encontro jurídico pelos 60 anos 08  
» Integramagis conta mais um capítulo da história da Amagis 09

» Memorial é aprovado para reinauguração 10  
» Escolas judiciais debatem seu papel e aperfeiçoamento 11  
» Modernização do Jurídico será concluída neste mês 12  
» Descanso e folia nas Colônias de Férias da Amagis 13  
» Três Poderes participam de homenagem a magistrados 14  
» Feijoada solidária do Nutris acontece em 26 de setembro 15  
» Cineclubes são opção cultural para todos os públicos 17  
» Amagis Saúde garante informação a gestantes 23

6 Órgão Especial  
aprova novo  
orçamento do TJ  
para 2016

Amagis leva pauta  
dos aposentados  
ao TJMG

5

23 Amagis Saúde  
garante informação  
a gestantes

ESTADO DE DIREITO

# Amagis suspende, na Justiça, campanha difamatória

Em menos de uma semana, no dia 3 de agosto, a Amagis conseguiu tutela antecipada contra campanha difamatória do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais (Serjusmig), suspendendo a veiculação de propagandas difamatórias que atentavam contra a dignidade da magistratura.

A decisão do juízo da 20ª Vara Cível da Capital determinou a retirada imediata da campanha do ar, assim como de todos os cartazes, placas e fotografias com conteúdo difamatório, incluindo sites. Na ação, a Associação

requer ainda indenização por danos morais. O vídeo começou a ser veiculado no dia 27 de julho, e a reação da diretoria da Associação foi imediata. No dia 28 de julho, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, divulgou nota pública afirmando que a campanha era ofensiva à dignidade da classe e que se pautava em informações inverídicas.

A reação da Amagis não se restringiu à nota oficial e ao pedido de tutela antecipada. No dia 30 de julho, o presidente Herbert Carneiro participou do programa 'Chamada Geral', da Rádio Itatiaia, e contestou ao vivo a campanha e a direção do Serjusmig.

"O sindicato falta com a verdade quando alega que juízes mineiros estão lançando mão de recursos para pagar a si próprios benefícios e direitos em detrimento de direitos dos servidores. Isso não é verdade!", afirmou Herbert Carneiro ao reiterar o sentimento de

repúdio da Associação à difamação do sindicato.

O presidente da Amagis esclareceu que, entre 2008 e 2015, os servidores do Judiciário mineiro tiveram reajuste de 63,42%, ou 14,8 pontos percentuais acima do Índice Nacional de Preço Amplo ao Consumidor para o período, de 48,62%. No mesmo período, os magistrados receberam reajuste de 37,82%. Portanto, 10,4 pontos percentuais abaixo da inflação para o período entre 2008 e 2015.

## APOIO

Em demonstração de solidariedade, magistrados mineiros manifestaram seu apoio à reação da Amagis durante sessões de julgamentos realizadas no TJMG.

No dia 29 de julho, a 16ª Câmara Cível do TJMG apoiou a Amagis. Seu presidente, o desembargador Wagner Wilson Ferreira, abriu a sessão de julgamentos com a leitura da nota de repúdio da Associação, publicada um dia antes. Para ele, a campanha é inverídica e não contribui para o aprimoramento do Judiciário mineiro.

Os desembargadores Pedro Aleixo, José Marcos Vieira e Aparecida Grossi também manifestaram seu apoio ao texto publicado pela associação. Para Aleixo, a atitude do sindicato só agrava as relações institucionais e compromete todo o Judiciário mineiro.

Na avaliação de Aparecida Grossi, num período no qual as instituições do País enfrentam uma série de dificuldades, não é o momento de

acirramento de relações, mas de reflexão. Para José Marcos, por legítimo que seja, nenhum movimento pode se valer de uma inverdade.

No dia 30 de julho, foi a vez dos magistrados da 7ª Câmara Criminal do TJMG manifestarem sua indignação com a atitude do Serjusmig. Segundo o desembargador Cássio Salomé, presidente da Câmara, em vez de valorizar os servidores e demonstrar a necessidade dos seus pleitos, a campanha busca confrontar a sociedade e magistrados. Os desembargadores Marcílio Eustáquio Santos e Agostinho Gomes de Azevedo aderiram à manifestação de repúdio.

No dia 25 de agosto, o ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, negou seguimento à reclamação do Serjusmig em desfavor do juiz da 20ª Vara Cível de Belo Horizonte.

## CONTESTAÇÃO

A resposta às agressões feitas aos magistrados por dois supostos leitores em um jornal da capital mineira foram publicadas na edição do dia 23 de agosto do mesmo veículo de comunicação. De acordo com o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, a atividade judicante é fiscalizada pelo Conselho Nacional de Justiça e Corregedorias dos Tribunais e que as ofensas são resultado de desinformação ou má vontade de pessoas ou grupos que usam o espaço democrático da imprensa para depreciar uma classe devotada aos direitos do cidadão e ao Estado de Direito. •



## Nota de repúdio divulgada pela Amagis

## ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET  
@em\_com | www.facebook.com/estadodeminas | opiniao.em@tjmg.com.br | www.em.com.br/opinioao | www.tjmg.com.br

AS CARTAS DEVEM CONTER NOME, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DO TELEFONE E CÓPIA DA CARTÃO DE IDENTIDADE, PODENDO SER PUBLICADAS NA ÍNTEGRA OU PARCIALMENTE. AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 291 - 2ª ANDAR - FUNICIONÁRIOS - BELO HORIZONTE - MG - CEP 30120-200 - FAX: (31) 3263-5070

JUIZES  
Presidente da Amagis  
debate declarações

Desembargador Herbert Carneiro  
Belo Horizonte

"Alguns leitores têm se manifestado criticamente, neste espaço, aos magistrados do Poder Judiciário por razões não condizentes com a realidade, salvo a desinformação ou má vontade. É preciso esclarecer que os benefícios da carreira são subenquadrados, de maneira transparente e legal, à apreciação e aprovação dos poderes Legislativo e Executivo. Além disso, a atividade judicante é intersetorialmente fiscalizada e acompanhada pelas corregedorias dos tribunais e pelo Conselho Nacional de Justiça. Aos insatisfeitos com as decisões judiciais, existem os recursos às instâncias superiores, que são previstos na Constituição e no devido processo legal no lugar de agressões ou ofensas por meio do uso do espaço democrático da imprensa. Respeitamos a liberdade de expressão e de imprensa assim como também consideramos democrático o direito à defesa e respeito à dignidade de profissionais comprometidos e de uma classe cumpridora da Constituição e das leis. A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) contesta e repudia tais iniciativas injustificadas, campanhas negativas orquestradas e, ainda, o mau uso do espaço democrático da imprensa, para depreciar uma classe dedicada e vocacionada à pacificação social e ao Estado de direito."

CORRUPTIOS  
Arquiteto comenta  
publicação do EM

Kleber Pereira Gonçalves  
Belo Horizonte

"De que adianta a 'pegadinha' contra os corruptos" (Público, 21/8), se o que importa é impunidade? Poucos ladrões e apalhanados com a boca na botija roubando o erário foram presos. Os milhares escandalizados que ocorreram no país, aos quais foram dados os nomes como Anões do Orçamento,

● **BELO-HORIZONTINOS DE DIFERENTES REGIÕES E CLASSES SOCIAIS ADOTAM A GENTILEZA**

"Legal, mas, infelizmente, neste país de espertões, apressadinhos e aproveitadores, gentileza não gera gentileza; gera gente folgada."  
■ Lucas

● **MINISTRO GILMAR MENDES PEDE INVESTIGAÇÃO DA CAMPANHA DE DILMÁ**

"Legal, mas, infelizmente, neste país de espertões, apressadinhos e aproveitadores, gentileza não gera gentileza; gera gente folgada."  
■ Alair

● **CPI na CÂMARA DOS VEREDADORES VAI INVESTIGAR GUARITAS EM CONDOMÍNIOS DE BH**

"Se tivéssemos segurança competente por parte dos órgãos públicos, não haveria necessidade de portões fechados. Isso só ocorre porque a segurança pública insiste. Há dias, uma amiga do meu filho estava em casa e notou bandidos tentando entrar armados. Ligou para o 190 e... nada! E o que fez parte dos 'Vianhos protegidos' da PM, fez contribuições, casa e tal. Ficou mais de duas horas ignorando a todo instante. Ah! que, por movimentação do vizinho ao lado, os caras fugiram."  
■ Gilberto

"Estive visitando o Parque Cássia Eller na semana passada. Fui ao local com a minha esposa e fomos de bicicleta, entramos normalmente, agemos informados os funcionários da guarda que estamos no parque. Os funcionários foram muito educados e não pressionamos nos identificar com algum documento. O local é ótimo, tudo superlimpo e organizado (Casa de Primeiro Mundo), dá gosto morar no local. Concedo 1.000% em ter a guarda no entarde para um controle dos pessoas, pois você se sente seguro."  
■ Rivaldo

● **BELO-HORIZONTINOS DE DIFERENTES REGIÕES E CLASSES SOCIAIS ADOTAM A GENTILEZA**

"Gestos sublimes. Nessa era de corrupção e de distanciamento, precisamos muito desses sinais de humanização. Ganhamos todos."  
■ Luísa Corbozza

"Resgatando o que Minas sempre teve de melhor."  
■ Patrícia Pilo

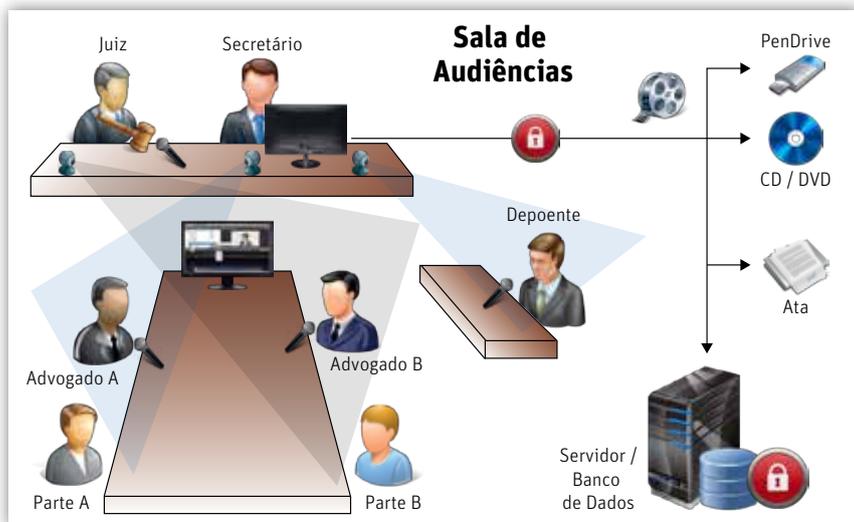
"É disso que a gente precisa! Doar sem pensar na recompensa."  
■ Rafael Reis Araújo

políticos ora denunciados por Janot, pois se um corrupto lábio faz acordo com a Justiça e devolve a centésima coisa tem ser explicada ao povo, pois se um corrupto lábio faz acordo com a Justiça e devolve a centésima

## Resposta do presidente no Estado de Minas

TJMG

# Medida solicitada pela Associação é implementada



**Sistema permite a gravação audiovisual das audiências**

O sistema audiovisual que permite a gravação das audiências (oitivas das testemunhas e partes) já está em funcionamento nas Varas Criminais da Comarca de Belo Horizonte e nas unidades cujos magistrados solicitaram a instalação do equipamento.

A medida visa o aprimoramento da Justiça Penal e foi implementada em agosto, após determinação do presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, atendendo à solicitação do presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

A decisão regulamenta ainda a iniciativa de alguns juízes que já utilizavam o mecanismo. Segundo a juíza Riza Aparecida Nery, da 3ª Vara de Tóxicos, o meca-

nismo garante mais celeridade ao processo na medida em que a gravação em audiovisual não dá margem para contestação pelas partes.

O sistema é composto por um software, que grava e gerencia os arquivos, câmaras e microfones. O material pode ser indexado ao processo para consultas futuras. Por segurança, os arquivos das gravações são salvos em discos compactos e em mais de um servidor.

Outra conquista da Amagis foi a cessão de um estagiário de pós-graduação para os gabinetes dos juízes criminais, sem prejuízo das vagas previstas pela distribuição de feitos, conforme a portaria conjunta nº 380/PR/2VP/2014. ●

Já imaginou a possibilidade de estender os benefícios oferecidos pelo **PLANJUS** para toda sua família?

A **JUSPREV** oferece uma grande oportunidade de garantir a proteção que você e sua família merecem. É a **JUSPREV Família** que cria uma rede de proteção para as pessoas que você mais ama.

Entre em contato conosco e confira como seus familiares podem ingressar também no **PLANJUS** (Plano de Benefícios Previdenciários da **JUSPREV**), e contar com seus benefícios.

**Ingresso na **JUSPREV** e comece agora a conquista da tranquilidade e da segurança de seu futuro e das pessoas que ama.**

Conheça mais sobre a **JUSPREV**, entre em contato conosco.

DIREITOS

# Amagis leva pauta dos aposentados ao TJMG

Tiago Parrela



Pedro Bitencourt e Herbert Carneiro reunidos com grupo de aposentados no TJMG

Pouco depois de definir, com uma comissão de aposentados, a pauta de reivindicações na sede da Amagis, o presidente da

Associação, desembargador Herbert Carneiro, acompanhado do grupo, reuniu-se com presidente do TJMG, desembargador

Pedro Bitencourt, no dia 19 de agosto.

No encontro realizado no Tribunal de Justiça, foram discutidos

temas de interesse da magistratura e os pleitos apresentados pelos magistrados aposentados. Na ocasião, Pedro Biten-

court afirmou que irá se empenhar na avaliação e no atendimento das reivindicações.

As reuniões contaram com a participação do diretor de Comunicação da Coordenadoria de Aposentados da AMB, juiz Cláudio Figueiredo, do desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro e dos juízes Francisco da Silva Goulart, Marco Aurélio Lyrio Reis, Albertino de Souza Pereira Filho e Antônio Moacir Silveira.

HOMENAGEM

No dia 9 de outubro, durante a celebração dos 60 anos da Amagis, os juízes e desembargadores que se aposentaram em 2014 serão homenageados. A data foi escolhida como uma forma de demonstrar o reconhecimento da diretoria da Associação àqueles que contribuíram para a história do associativismo mineiro e da magistratura. ●

JUSTIÇA CIDADÃ

# Jornal apoia ação de valorização

Inicialmente veiculada em emissoras de TV, a Campanha de Valorização da Magistratura por uma Justiça Cidadã, promovida pela Amagis como parte da comemoração dos seus 60 anos, amplia seu alcance e chega aos jornais impressos de Minas Gerais.

O jornal Hoje em Dia publicou, na edição do dia 26 de julho e 2 de agosto, anúncio no qual a Amagis reafirma seu compromisso com a defesa da independência dos juízes e dos desembargadores em favor da Justiça Cidadã. Veja a publicação ao lado.

O objetivo da campanha é destacar a importância do trabalho

dos magistrados para a vida dos cidadãos e para a construção da paz social. Na primeira etapa de divulgação, foram veiculados vídeos que destacam a atuação dos magistrados mineiros nas áreas de execução penal, direito à saúde e mediação de conflitos familiares.

Os vídeos demonstram o trabalho desenvolvido pelos magistrados, que, muitas vezes, se desdobram para cumprir seu papel, enfrentando condições de trabalho pouco adequadas e sem a devida compreensão da sociedade do alcance social das decisões judiciais e de suas prerrogativas funcionais.

No material audiovisual, os juízes Leonardo Públio, Thiago Colnago e Andréa Barcelos apresentam as práticas inovadoras adotadas na sua área de atuação, e os cidadãos (beneficiários) dão depoimentos sobre os efeitos positivos da atuação do Poder Judiciário em suas vidas, na solução de conflitos judiciais.

A campanha já foi veiculada pela Rede Minas de Televisão, em fevereiro, pela Band Minas, em maio, e pela Rede Record Minas em julho e agosto. Os vídeos podem ser assistidos na internet no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br) e no canal [youtube.com/amagismg](http://youtube.com/amagismg). ●

**ESTANTE**

**UMA TESTEMUNHA OCULAR DA MPB**

**HERMÍNIO BELLO DE CARVALHO COMPARTILHA MEMÓRIAS**

**LANÇAMENTOS**

**O QUE É A SUSTENTIVIDADE?**  
Obras inéditas no Brasil de Jean-Paul Sartre, esse lançamento da Nova Fronteira compõe o ciclo de obras de Jean-Paul Sartre. O filósofo francês e político marxista é o fruto de uma conferência proferida pelo filósofo francês de 1963. R\$ 39,90.

**A OROUSTRA VERMELHA**  
Anna Neilson conta a história de um grupo de intelectuais e burocratas militares no governo de Hitler, estudando a possibilidade de fugir e voltar ao Brasil. Editora Record, 490 páginas, R\$ 58.

**GRUPO DE ESTADO**  
O livro é o primeiro de uma trilogia de ficção política de autoria de Paulo Lins. O preço que se paga por isso é a violência política e as marchas reacionárias e desmoralizantes da ditadura. R\$ 39,90.

**GOLPE DE ESTADO**

**Justiça pela paz social**

há 60 anos, a Associação dos Magistrados Mineiros defende a independência dos juízes e desembargadores e o fortalecimento do Judiciário em favor da Justiça cidadã.

Amagis é uma entidade sem fins lucrativos.

Anúncio publicado no jornal Hoje em Dia

CONFIRMAÇÃO

# Órgão Especial aprova novo orçamento do TJMG para 2016

Tiago Parrela

O Órgão Especial do TJMG aprovou, no dia 12 de agosto, as propostas orçamentárias do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais. A aprovação ocorreu quinze dias após o seminário com magistrados de 1ª Instância para debater o orçamento do TJ, realizado no dia 29 de julho.

Participaram do seminário, dez magistrados de vara única e diretores de Foros de 2ª Instância, Instância Especial e o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro. No encontro, foi apresentada a proposta orçamentária do Tribunal para o ano de 2016, analisada previamente pela Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do TJMG, que observou a Lei de Responsabilidade Fiscal. A proposta foi elaborada com base no atual cenário financeiro de Minas Gerais.

No dia 4 de agosto, o seminário foi realizado com os desembargadores. Antes, no dia 27 de julho, o encontro aconteceu com a participação de servidores de todas as regiões do Estado.

Ainda na sessão do Órgão Especial, no dia 12 de agosto, os desembargadores Geraldo Domingos Coelho, Albergaria Costa e Elias Camilo foram indicados para o Conselho da Magistratura nas vagas oriundas do término do mandato dos desembargadores Armando Freire, Dárcio Lopardi e Eduardo Mariné. ●



Presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, representou a magistratura na sessão

DATA ESPECIAL

## Amagis homenageia dia do magistrado



### Mensagem da Amagis aos magistrados

Missão de vida, vocação. É assim que muitos definem a tarefa de fazer justiça, incorporada ao dia a dia de juízes e desembargadores. Em reconhecimento à missão de julgar, o dia 11 de agosto foi definido como o dia do magistrado.

Nessa data, a Amagis manifestou seu reconhecimento ao trabalho de homens e mulheres, homenageando todos

os profissionais que dignificam a magistratura mineira e confirmam, dia após dia, a importância que juízes e desembargadores têm para a paz social e fortalecimento do Estado de Direito.

O dia do magistrado foi lembrado em associações de classe de todo o País, sempre marcado por manifestações de apreço à magistratura. ●

PRIVACIDADE

## Presidente solicita retirada de site

Reprodução da internet



### Site oferece serviço ilegal

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, encaminhou ofício ao delegado-geral Renato Cardoso, superintendente de Informação e Inteligência Policial, no dia 24 de julho, solicitando providências para que seja identificado o provedor do site [tudosobretodos.se](http://tudosobretodos.se), bem como sejam tomadas as medidas

necessárias para sua retirada da internet.

Na página, é possível obter, ilegalmente, endereço, telefone e outros dados de pessoas físicas. O pedido foi feito com base nas garantias constitucionais do direito à privacidade, como medida de proteção aos associados da Amagis, bem como dos cidadãos que tiveram suas informações divulgadas publicamente. ●

INTEGRAÇÃO

# Diretoria reúne-se com juízes de Paraopeba e região

A diretoria da Amagis reuniu-se, no dia 6 de julho, com juizes das Comarcas de Paraopeba, Curvelo e Sete Lagoas, para discutir temas como a democratização do Judiciário, valorização da magistratura, defesa das prerrogativas e aperfeiçoamento da Justiça. O encontro foi realizado no Fórum Manoel Antônio da Silva, em Paraopeba (região central de Minas).

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, acompanhado da vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Luzia Peixôto, e do diretor da Seccional de Belo Horizonte, desembargador Alberto Diniz, conversou com os colegas sobre reivindicações específicas da região.

Participaram do encontro, a juíza Kellen Cristini de Sales e Souza, diretora do Foro de Paraopeba, os magistrados da Comarca de Curvelo, Andréia Márcia de Oliveira, Breno Aquino Ribeiro, Adelmo Bragança de Queiroz, e os



Diretoria da Amagis com magistrados de Paraopeba e região

da Comarca de Sete Lagoas, Carlos Eduardo Vieira Gonçalves, Roberto das Graças, Silva, Antônio Carneiro da Silva, César Aparecido de Oliveira e Wstânia Barbosa Gonçalves.

**PEDRO LEOPOLDO**

No dia 23 de julho, o presidente da Ama-

gis, desembargador Herbert Carneiro, e o diretor da seccional de Belo Horizonte, desembargador Alberto Diniz, acompanharam o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, em uma visita ao Fórum da Comarca de Pedro Leopoldo, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Participaram do encontro, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvulo, a prefeita de Pedro Leopoldo, Heloísa Helena, o diretor do Foro da Comarca, Otávio Lomonaco, e a procuradora do município de Pedro Leopoldo, Suzana Savoi.

Atualmente, a Amagis conta com

27 seccionais em toda Minas Gerais. A presença da Associação nas comarcas do interior, tanto na representação dos diretores das seccionais, diretores, vice-presidentes e do presidente, fortalece a integração entre a Amagis e os magistrados de todas as comarcas do Estado. •

**CIVIC 2016**  
**PROTESTO, SÓ DE QUEM PERDER ESSA CHANCE.**

**CORTESIA: \***  
PROTECTOR DE CÂRTER  
JOGO DE TAPETES INSULFILM

Home \*\*  
and Office  
Delivery

**DESCONTO DE 6,5% PARA OS MAGISTRADOS \*\*\***

**Rede de Concessionárias Auto Japan. Mais Honda. Mais Você.**

**RAJA**  
Raja, 2760 - 3298-2900

**BANDEIRANTES**  
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

**PAMPULHA**  
Catalão, 750 - 3469-5900

**CIDADE NOVA**  
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

**SEMINOVOS BARÃO**  
Barão, 2761 - 3313-4611

[autojapan.com.br](http://autojapan.com.br)

**AUTO JAPAN**

**BDG**  
BRASIL DEALER GROUP S.A.

\*Protetor de cârter, insulfilm e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda CIVIC 2016, para filiados Amagis. \*\* Test drive em casa ou escritório para os modelos Civic, City e Fit de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. \*\*\*Desconto de 6,5% do valor à vista PPS para o modelo Civic 2016, para filiados Amagis. Consulte condições. Condições válidas de 01/09/2015 a 30/09/2015. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

LESTE MINEIRO

# Confraternização e encontro jurídico pelos 60 anos

Izabela Machado



**Comissão dos 60 anos em Governador Valadares**

Izabela Machado



**Magistrados da região Leste no encontro jurídico**

Izabela Machado



**Juízes participaram de confraternização em Governador Valadares**

Formação, valorização e integração da classe. Foi com esse propósito que magistrados da região do Leste mineiro participaram da comemoração dos 60 anos da Amagis, realizada na Comarca de Governador Valadares, no dia 14 de agosto.

Na abertura do encontro, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, destacou a parceria com a região e a importância do debate jurídico e da integração entre os magistrados do interior e da capital para o fortalecimento de toda a classe.

Os debates tiveram início com a palestra “Audiência de Custódia: Vantagens e desvantagens”, proferida pelo desembargador Jayme Silvestre, da 4ª Câmara Criminal do TJMG e presidente da Comissão dos 60 anos da Amagis. Para o magistrado, a audiência de custódia aperfeiçoa o controle jurisdicional da legalidade da prisão.

Em seguida, o desembargador Alexandre Quintino Santiago, da 11ª Câmara Cível do TJMG, falou sobre a “Necessidade de Cooperação da Força do Processo à luz do Novo CPC”. Na avaliação do desembargador, o juiz tem o dever de fiscalizar e aplicar as penalidades previstas na nova legislação àqueles que faltarem com o dever de cooperação.

A palestra de encerramento, sobre a “Tutela provisória e Fundamenta-

ção das Decisões do Novo CPC”, foi ministrada pelo advogado e professor Leonardo Beraldo, da Faculdade Milton Campos, para quem o novo código afetará somente aqueles que não fundamentam suas decisões jurídicas.

Antes da confraternização, o presidente Herbert Carneiro conversou com os associados sobre assuntos gerais de interesse da magistratura. O encontro em Governador Valadares também teve espaço para a alegria e descontração com a apresentação do Stand Up Comedy “Como sobreviver em festas com buffet escasso”, do ator e humorista Carlos Nunes, e uma apresentação musical.

No dia 17 de setembro, será vez da Comarca de São João del Rei celebrar o aniversário da Associação, com a realização do encontro jurídico sobre o novo Código de Processo Civil. Nesse dia, com a participação da diretoria da Amagis, serão realizadas palestras proferidas pelos desembargadores Ernane Fidélis dos Santos e José Marcos Vieira, mediados pelo desembargador Rogério Medeiros.

Depois das comarcas do interior, a celebração dos 60 anos da Amagis voltará a Belo Horizonte no dia 9 de outubro, com a homenagem aos magistrados que se aposentaram em 2014, em um evento de confraternização que será realizado Buffet Catharina. ●

**A magistratura do interior tem contribuição decisiva para a história da Amagis – Herbert Carneiro**

CELEBRAÇÃO COM SAÚDE

# Integramagis conta mais um capítulo da história da Amagis

“Esse é mais um momento que registra e comemora os 60 anos de nossa Amagis”, afirmou o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, na abertura de mais uma edição do Integramagis, realizado no dia 20 de agosto. Criado no dia 2 de agosto de 2002, na contramão da medicina tradicional, o projeto já demonstrava a preocupação da Associação com a prevenção da saúde.

Em sua saudação, o vice-presidente de Saúde, Maurício Soares, juiz em substituição no TJMG, falou da importância do Amagis Saúde para a consolidação do Integramagis e destacou que a data também marcava os quatro anos do programa ‘Amor à Vida’, que confirma a atenção dada pela Amagis à medicina preventiva. “O Amor à Vida foi lançado com o intuito de incentivar a melhoria na qualidade de vida dos nossos associados, promovendo a saúde preventiva”, comentou.

Assim como na noite do lançamento, a confraternização comemorativa contou com a apresentação do Coral da Amagis, reativado em 2014. O Integramagis foi idealizado pelo juiz aposentado José Pedro Mendes do Valle, entre os anos de 2001 e 2002, que tinha como vice-presidente de Saúde, o desembargador Tiago Pinto, hoje à frente da vice-presidência Sociocultural-Esportivo da Associação. O desenvol-

vimento do projeto contou ainda com o apoio da escritora Marina Gomide, professora e consultora organizacional.

Uma das marcas do Integramagis é a solidariedade. Sempre que possível, são realizadas iniciativas de apoio ao Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), que atende criança e adolescentes carentes. Na ocasião, a presidente do Nutris, Marlene Fernandes, falou da campanha da doação de R\$ 60,00 ao Nutris nos 60 anos da

Amagis e convidou todos a participarem da Feijoada Solidária, que será realizada no dia 26 de setembro.

Nesses 13 anos, completados em agosto, o programa tornou-se ponto de encontro dos magistrados da ativa, aposentados e pensionistas, que fazem parte de sua história, como o desembargador Guilherme Luciano Baeta, que, ao longo dos anos, anima as noites do Integramagis com suas apresentações musicais.

Como de costume, os participantes do Integramagis assistiram a uma palestra de prevenção à saúde. O professor da UFMG, Júlio Machado, estudioso de filosofia e consultor do comportamento humano, falou sobre o tema “Dê um tempo para você”, com o qual abordou a importância de se fazer uma pausa nas atividades diárias para relaxar e revigorar-se. ●

**É importante incentivar a melhoria da qualidade de vida dos nossos associados**  
– Maurício Soares

Georgia Bacvaroff



**Herbert Carneiro, Guilherme Luciano Baeta e Maurício Soares**

Georgia Bacvaroff



**Coral da Amagis voltou a se apresentar no Integramagis**

Georgia Bacvaroff



**Magistrados e familiares saudaram os 60 anos da Associação**

## HISTÓRIA

# Memorial é aprovado para reinauguração

Tiago Parrela



## Diretoria aprova a atualização do Memorial de 2009 até 2015

A diretoria da Amagis aprovou, no dia 24 de julho, as atualizações no painel do Memorial da Associação,

que destaca a história do associativismo mineiro e que será reinaugurado em outubro deste ano, como parte

das comemorações dos 60 anos da Amagis.

Após pesquisa realizada pelo Escritório de Histórias, em parce-

ria com a Assessoria de Comunicação da Associação, foram incluídas realizações da magistratura que vão de 2009 a

2015, como, por exemplo, a histórica assembleia realizada no dia 9 de agosto de 2013, com a participação de 400 magistrados, na qual foi definida a pauta de reivindicações, consolidando conquistas.

No painel, estão registradas ainda conquistas como a criação do Amagis Saúde, inauguração da sede própria, das Colônias de Férias, do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito e da instalação das seccionais no interior de Minas Gerais.

O Memorial tem como objetivo resgatar e preservar a história da Amagis e do associativismo mineiro. O espaço está instalado na sede da Associação, na rua Albita, 194, bairro Cruzeiro (no térreo), e pode ser visitado de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. ●

**ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS.**

31 3282-5374 | RUA RAIMUNDO CORREA | 52 | SALA 02 | SÃO PEDRO  
CEP 30330-090 | BH | MG | WWW.DICTUMINSTITUTO.COM.BR

**Dictum**  
instituto de gestão e perícia

CHIARADIA  
turismo

**DESCONTOS ESPECIAIS NESTE INVERNO EUROPEU**

**SUPER OFERTAS**

Descontos especiais para os **Associados AMAGIS** na compra de pacotes dos **Roteiros Italianos** realizados entre **15 de Novembro de 2015** e **15 de Abril de 2016!**

**15%** para os roteiros **COMPRAS**  
**10%** para os roteiros **TURÍSTICOS**  
**12%** para os roteiros **COMBINADOS**

[www.chiaradiaturismo.pt](http://www.chiaradiaturismo.pt)

CONVÊNIO AMAGIS

AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO

# Escolas judiciais debatem seu papel e aperfeiçoamento

Durante três dias, magistrados de todo o País participaram do 40º encontro do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura (Codepem), para discutir as novas diretrizes das escolas, partindo da observação das mudanças da sociedade. O evento foi realizado na cidade histórica de Ouro Preto, de 30 de julho a 1º de agosto, com o apoio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Na Carta de Ouro Preto, os diretores das escolas afirmaram a importância do juiz como um agente transformador da sociedade e não apenas intérprete da lei, num viés normativo. A importância da cooperação entre as escolas foi apontada como instrumento para o aperfeiçoamento da formação dos magistrados.

Na abertura do encontro, o desembargador Kildare Carvalho, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, destacou a importância de um profundo debate sobre as necessidades das escolas, o papel que elas desempenham, diretrizes adotadas e estratégias de ensino, visando o desenvolvimento da magistratura e a construção de um País melhor.

O vice-presidente do Copedem, desembargador Marco Anthoni Steverson Villas Boas, ressaltou a importância da pesquisa no meio jurídico, as facilidades trazidas pelas novas tecnologias e defendeu que as escolas devem dialogar com diferentes setores

Tiago Parrela



**Encontro reuniu magistrados de todo o País em Ouro Preto**

Tiago Parrela



**Debates trataram da formação dos juízes**

da sociedade, possibilitando a troca de conhecimento e a emergência de novas ideias.

A palestra inaugural foi proferida pelo professor Luiz Roberto Liza Curi, membro do Conselho Nacional de Educação, sobre a “Formação do Corpo Docente das Escolas”. Na ocasião, os desembargadores Kildare Gonçalves e Nelson Missias de Moraes, vice-presidente da AMB, fo-

ram homenageados pelo Copedem com a Medalha Ministro Domingos Fraciulli Neto, em reconhecimento à contribuição para o aprimoramento do ensino jurídico e da melhoria da prestação jurisdicional.

Durante o encontro, foram realizadas ainda palestras como as “Experiências e Perspectivas da Ejef na formação permanente de magistrados”, ministrada pelo

Tiago Parrela



**Kildare e Nelson Missias são homenageados**

desembargador José Fernandes Filho, e “Teoria e gestão do conhecimento na formação dos juízes”, proferida pelo juiz Marcelo Piragibe, conselheiro da Escola Nacional de Formação dos Magistrados, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O debate final foi realizado pelo ministro João Otávio de Noronha, do STJ.

Participaram ainda da abertura do encontro, o 3º vice-presidente

do TJMG, desembargador Wander Marotta, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvulo, o vice-corregedor do TJMG, desembargador Márcilio Eustáquio, a juíza Luzia Peixoto, no exercício da presidência da Amagis, o juiz auxiliar da presidência do STJ, Paulo de Tarso Tamburini, e a diretora do Foro da Comarca de Ouro Preto, juíza Elaine de Campos Freitas. ●

## MELHOR ATENDIMENTO

# Modernização do Jurídico será concluída neste mês

As obras de modernização do Departamento Jurídico e do terceiro andar da Amagis deverão ser concluídas neste mês. O trabalho teve início no final de maio e, durante esse período, a copa e o Departamento de Pessoal também foram reformados.

Os últimos detalhes para a entrega da reforma já foram definidos pela Comissão de Obras, que, no dia 30 de julho, reuniu-se na sede da Amagis para aprovar orçamentos, vistoriar a obra e avaliar o projeto executivo. A comissão é formada pela juíza Riza Nery, diretora do Parque Esportivo da Associação, pelo desembargador aposentado Nicolau Masselli e pelo juiz José Eustáquio Lucas Pereira.

A modernização do Departamento Jurídico visa oferecer ao associado uma estrutura capaz de garantir mais privacidade e um atendimento individualizado. A mudan-



Perspectiva do projeto de como ficará o 3º andar da Amagis

ça possibilitará uma maior integração da equipe, que realiza o atendimento aos magistrados em três diferentes salas. Os atendimentos referentes a assuntos administrativos, ao TJMG, Jusprev (previdência complementar) e Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) serão todos realizados no

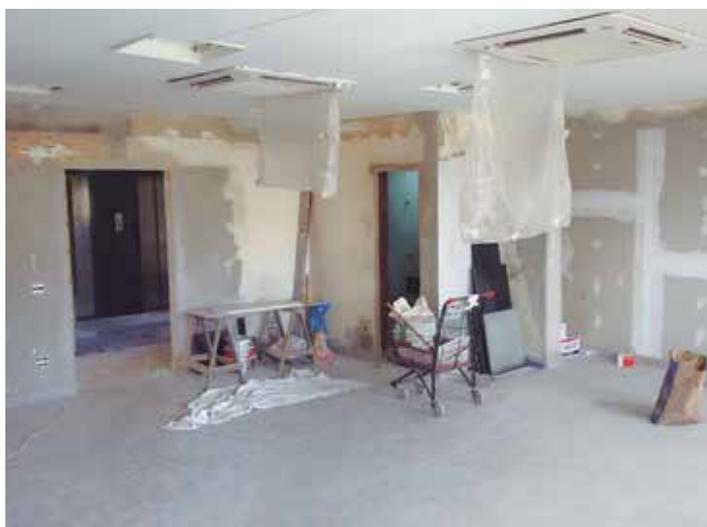
mesmo espaço físico.

Em 2014, o Departamento Jurídico da Amagis atuou em 73 processos e procedimentos, como ingresso de mandados de segurança, ações ordinárias para aposentados e pensionistas, ações judiciais em favor de magistrados da ativa, defesa de magistrado junto à OAB, à Corregedoria e ao Conselho

Nacional (CNJ) de Justiça, requerimentos junto ao TJMG, CNJ e Ipsemg.

Como parte das mudanças feitas no terceiro andar, a reforma da copa incluiu a construção de um refeitório para oferecer melhores condições de uso aos funcionários da Amagis, conforme orienta a legislação trabalhista.

A sede da Amagis foi inaugurada no dia 23 de maio, e recebeu o nome do idealizador da construção do prédio, o desembargador Lincoln Rocha. Nesses 31 anos, a sede tem passado por várias reformas que visam não só a modernização do espaço, mas também a manutenção e valorização do patrimônio da Associação. ●



Reforma do jurídico está avançada



Novo refeitório está quase pronto

## CARNAVAL

# Descanso e folia nas Colônias de Férias da Amagis

Prefeitura de Caxambu



Baile de carnaval em Caxambu, no Sul de Minas

Até o dia 11 de novembro, os associados da Amagis podem fazer sua inscrição para passar o feriado do Carnaval de 2016 nas Colônias de Férias da Associação. Localizadas em diferentes regiões do País, as cidades onde estão instaladas as colônias proporcionam uma programação variada.

Para além dos ritmos baianos, que toma conta das ruas da maior parte do País, Ubatuba (SP) realiza um animado concurso de marchinhas. Em Cabo Frio (RJ), geralmente, é promovido um baile infantil e a folia alternativa, com a apresentação de músicos locais, para aqueles que não querem ouvir só samba. Já Caxambu (Sul de Minas) resgata a tradição das bandas com o 'Carnaval da Saudade'.

Em todos os lugares, os mais animados terão a folia garantida.

Aqueles que buscam por sossego, podem contar com a privacidade das Colônias de Férias da Amagis, que, com uma estrutura completa, oferecem boas opções de lazer aos usuários. Em Cabo Frio, a hospedagem é em apartamentos. Valem lembrar que a programação cultural pode variar de acordo com as prefeituras de cada cidade.

As inscrições são para o período de 6 a 15 de fevereiro, e devem ser feitas pelo e-mail [cacia@amagis.com.br](mailto:cacia@amagis.com.br), pelo fax (31) 3079-3458 ou pelo telefone (31) 3079-3459, com Cácia Guedes. Só poderão ser feitas inscrições para uma única colônia. Para Nova Viçosa, o interessado deverá optar por apartamento ou casa, e, após o sorteio, no dia 19 de novembro, o agraciado terá cinco dias úteis para confirmar a inscrição. ●

## DESCONTOS

## Convênios da Amagis dão vantagens em Minas, Rio, São Paulo, Bahia, Goiás e Espírito Santo

Descontos, tratamento personalizado e garantia de qualidade. Essas são algumas vantagens que os magistrados podem ter ao contratar os serviços das empresas conveniadas à Amagis.

A rede de conveniados está distribuída em 33 polos regionais de Minas Gerais, para atender da melhor forma possível as necessidades dos associados da Amagis. Os magistrados podem ainda usufruir das van-

tagens oferecidas em cidades de outros estados como: Cabo Frio, Armação de Búzios, Parati, Rio de Janeiro, Nova Viçosa, Porto Seguro, Vitória, Guarapari e Rio Quente.

Os serviços oferecidos variam entre cursos

jurídicos, de idioma e informática, agências de automóveis e oficinas, hotéis, pousadas, flats e agências de turismo, farmácias e óticas, lavanderias, floriculturas, salões de festa, roupas e acessórios. Para

ter os benefícios, é importante apresentar um documento que comprove ser o associado à Amagis. A relação de conveniados está disponível na opção institucional do site [amagis.com.br](http://amagis.com.br) ●



Há mais de 60 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

[www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

## CIDADANIA HONORÁRIA

# Três Poderes participam de homenagem a magistrados

Georgia Bacvaroff

Representantes dos Três Poderes participaram da entrega do título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte aos desembargadores Herbert Carneiro, presidente da Amagis; Paulo César Dias, presidente do TRE-MG, e Geraldo Domingos Coelho, vice-presidente e corregedor regional eleitoral do mesmo Tribunal, em solenidade realizada no dia 13 de agosto, no plenário da Câmara Municipal da capital mineira.

O presidente da Amagis falou em nome dos homenageados, destacando a importância da honraria e reafirmou o compromisso com o aperfeiçoamento do Judiciário, uma vez que o reconhecimento aos magistrados deve se estender a toda a magistratura. Segundo o vereador Wellington Magalhães, a indicação do título aos magistrados foi aprovada por unanimidade.

A cerimônia contou com a presença do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, do presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, do vice-prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros, representando o prefeito Márcio Lacerda, o deputado Durval Ângelo, representando a ALMG e diversas autoridades, entre elas secretários de Estado, deputados estaduais, juízes e desembargadores.

Nos dias 12 e 13 de agosto, respectivamente, os desembargadores da 4ª Câmara Criminal e da 7ª Câmara Criminal do TJMG congratularam o presidente da Amagis pelo recebimento do título de cidadão de BH. ●



Herbert Carneiro, Paulo César Dias e Geraldo Domingos Coelho foram agraciados na Câmara Municipal

## PRIMEIRA JUÍZA

## Luzia Peixôto preside a Amagis

Georgia Bacvaroff



Herbert Carneiro e Luzia Peixôto

Até o dia 19 de setembro, a Amagis será presidida pela juíza Luzia Peixôto, vice-presidente Administrativa da Associação. A magistrada é a primeira mulher a presidir a Associação e assume o cargo por 15 dias, em função das férias do presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

Natural de Queluzito (na região central do Es-

tado), Luzia Peixôto graduou-se em Direito pela PUC Minas, em 1991. Antes de ingressar na magistratura, em 1997, foi servidora do TJMG. Foi juíza nas Comarcas de Boa Esperança, Passos, Contagem e Belo Horizonte. Atualmente, é juíza da 6ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, além de integrar a 3ª Turma Recursal. ●

## INDICAÇÃO

## Desembargador mineiro no CNJ

Marcelo Albert / TJMG



Des. Levenhagen

O Supremo Tribunal Federal (STF) indicou, no dia 6 de julho, durante sessão administrativa, o desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen, membro da 5ª Câmara Cível do TJMG, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na votação, os ministros escolheram ainda o juiz estadual Bruno Ronchetti, de São Paulo, e o juiz federal Valter Shuenquener de Araújo, do TRF 2ª Região, para comporem o CNJ.

Mineiro de Baependi (Sul de Minas), Levenhagen graduou-se pela Faculdade de Direito de Varginha em 1984, ingressou na magistratura mineira em 1988, tornou-se desembarga-

dor do TJMG em 2008, e presidiu a Amagis de 2004 a 2006. Antes de iniciar carreira na magistratura, foi promotor de Justiça em Minas Gerais. Como magistrado, atuou nas Comarcas de Conceição do Rio Verde, Aiuruoca, Lavras e Belo Horizonte. ●

PARTICIPE

# Feijoada solidária do Nutris acontece em 26 de setembro

No dia 26 de setembro, a Amagis promoverá, no seu Parque Esportivo, a tradicional Feijoada Solidária do Nutris. Os ingressos já estão disponíveis e podem ser adquiridos na sede da Associação por R\$ 50,00. Crianças de até 10 anos não pagam. Toda renda será revertida ao Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), braço social da magistratura.

Localizado no Bairro Mariano de Abreu, região leste de Belo Horizonte, o núcleo atende aproximadamente a 200 crianças de famílias carentes

e depende da contribuição da magistratura para manter suas atividades. A feijoada solidária é uma fonte de arrecadação do Nutris, importante para equilíbrio das contas da instituição, que tem várias despesas extras no final do ano.

Além da contribuição mensal, os magistrados procuram colaborar de outras formas. No dia 11 de agosto, a juíza aposentada Maria de Lourdes Martins de Souza Laender lançou sua autobiografia, "Sobrenome Resiliência", com a renda revertida para o Nutris.

Divulgação



Recursos arrecadados serão doados ao Nutris

## CÂMARA CÍVEL

# TJ empossa nova desembargadora

Tiago Parrela



Juliana Campos e Pedro Bitencourt

Eleita pelo Tribunal Pleno do TJMG no dia 11 de maio, a advogada Juliana Campos Horta de Andrade tomou, no dia 3 de agosto, do cargo de desembargadora do TJMG e passou a compor a 12ª Câmara Cível do Tribunal.

A nova desembargadora ocupa a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Nilo Nívio Lacerda. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou da cerimônia de posse realizada no salão

do Órgão Especial no Palácio da Justiça.

Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG, a desembargadora Juliana Campos Horta graduou-se em pela Faculdade de Direito Milton Campos em 1988. ●

Instituto Mineiro de Perícias



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil  
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

[www.periciasmg.com.br](http://www.periciasmg.com.br)

## Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

### Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio  
AMAGIS

## INTERESSE PÚBLICO

# Destques do Via Justiça e Pensamento Jurídico na TV

## VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marques

## 5 ANOS LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL

O Via Justiça destaca a Lei da Alienação Parental, que completou, neste mês de agosto, cinco anos de vigência. Participam do programa, o juiz Paulo Gastão de Abreu, da 10ª Vara de Família, e Juliana Lobato, presidente da Comissão de Direito de Família da OAB-MG. A Lei 12.318 entrou em vigor em 27 de agosto de 2010, na data de sua publicação, sem período de vacatio legis. Qual é o balanço desses cinco anos de vigência da Lei? (Foto)

## PLANO DE SAÚDE

O Via Justiça discute sobre os problemas com planos de saúde que geram ações na Justiça. Participam do programa, a desembargadora Vanessa Verdolim, da 1ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado Mário Aguirre. Segundo o Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor-, o reajuste de até 13,55% nos preços dos planos de saúde, anunciado em junho pelo governo, é o mais alto em dez anos e superior a inflação, que foi de 8,17% entre maio de 2014 e abril de 2015. É possível reajustar os planos de saúde acima da inflação?

## REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 19 de agosto em segundo turno, por 320 votos a favor, 152 contra e 1 abstenção, a Proposta de Emenda à Constituição que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos no país. A PEC ainda precisa ser votada no Senado. Nossos convidados, o juiz Thiago França de Resende, Vara da Infância e Juventude de Contagem, e a defensora pública Emília Eunice Alcaraz Castilho analisam essa decisão.

## REFORMA PRISIONAL

O parecer final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário foi aprovado por unanimidade no dia 5 de agosto. O relatório com a sugestão de 20 propostas legislativas, a serem apreciadas pela Câmara e pelo Senado, visa a melhoria do sistema carcerário. Para falar sobre o tema, convidamos o desembargador Joubert Carneiro Jaques, da 6ª Câmara Criminal do TJMG, e Anderson Marques, presidente da Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB-MG. ●

### ASSISTA

TV Assembleia  
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça  
Sábado, às 15h30

TV Comunitária  
Sexta-Feira, às 23h30

## PENSAMENTO JURÍDICO



## NOVO ESTATUTO DA MAGISTRATURA

Interesse de toda a sociedade, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional é fundamental para atualizar a carreira jurídica e garantir a sua segurança. A atual legislação tem 40 anos e pode ser um entrave para a construção de um Judiciário mais competente. Para falar sobre as necessidades de mudança e atualizações do atual Estatuto, entrevistamos a juíza Cristiana Martins Gualberto, integrante da Comissão da Amagis para Proposição de Mudanças no Estatuto da Magistratura. (Foto)

## AUMENTO DA CRIMINALIDADE

O Mapa da Violência 2015 aponta que mais de 880 mil pessoas morreram vítimas de arma de fogo no Brasil, de 1980 a 2012. O número de vítimas de disparo de arma de fogo saltou de 8.710, em 1980, para 42.416 em 2012, um crescimento de 387%. Essas mortes estão associadas ao total de armas em circulação no país? Para discutir o assunto, convidamos o juiz Fernando Galvão da Rocha, do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

## OUVIDORIA DO TJMG

Apenas 29% da população afirmam confiar no Judiciário como instituição capaz de solucionar seus conflitos. Os dados da Fundação Getúlio Vargas revelam ainda que 89% consideram o Judiciário lento, 77% afirmam que o poder é caro e 66% o classificam como de difícil acesso. Qual seria o papel das ouvidorias dos Tribunais para diminuir tamanha descrença? Quem responde a essa pergunta é o desembargador Moacyr Lobato, novo ouvidor do TJMG.

## BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS

O Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, que é inconstitucional exigir a autorização prévia para a produção e divulgação de biografias de pessoas públicas. De acordo com os integrantes do Supremo, a autorização prévia representaria censura, o que é incompatível com a Constituição. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Rogério Medeiros, da 13ª Câmara Cível do TJMG. ●

### ASSISTA

TV Justiça  
Sábado, às 18h30

TV Comunitária  
Sábado, às 22h

## SÉTIMA ARTE

# Cineclubes são opção cultural para todos os públicos

Expressão de um movimento surgido na França, em 1913, quando anarquistas criaram o Cinema du People para “divertir, instruir e libertar”, o Chaplin Clube, nos anos 30, é reconhecido como o primeiro cineclube do Brasil. Atualmente, segundo a Secretaria Audiovisual do Ministério da Cultura, o País conta com pouco mais de mil espaços do tipo, dos quais 44 estão em Minas Gerais.

De acordo com o jornalista Victor Almeida, diretor executivo do Centro de Estudos Cinematográficos de Minas Gerais (CEC-MG), foi a partir do Chaplin Clube que o movimento cineclubístico começou a expandir no Brasil. “O que esses cineclubistas pioneiros anteviram é que o público também tem direitos e não deve ser tratado como simples consumidor, mas é parte fundamental na construção de um diálogo com os filmes e seus autores”, contou Almeida.

O juiz Magid Nauf Lauer, coordenador geral do Cineclube TJ, também entende que o aspecto financeiro é uma diferença decisiva das salas de cinemas comerciais, uma vez que, por não terem compromisso com a bilheteria, os cineclubes são inteiramente livres para a escolha dos filmes a serem exibidos.

Essa liberdade de escolha reflete na

prática cineclubista, que possibilita aos seus membros indicar as obras que serão exibidas nas próximas sessões. No Cineclube TJ, os participantes preenchem uma ficha na qual podem sugerir qual o filme. Entretanto, o juiz Magid Lauer observou que nem sempre é possível atender aos pedidos, pois é preciso que a película tenha sido licenciada pela Motion Pictures Licensing Corporation, agência fiscalizadora de direitos autorais.

Victor Almeida apontou que, não saber se comportar em relação aos direitos autorais, costuma ser um dos problemas dos cineclubes. Para ele, é preciso organizar os cineclubes estabelecendo um intercâmbio de experiências e criando uma distribuidora legalizada para atender aos espaços.

“No passado, quando não havia o videocassete nem o DVD, os filmes tinham de ser alugados nas distribuidoras ou, então, tomados numa distribuidora criada para atender aos cineclubes, a Dina Filmes”, comentou Almeida.

Os cineclubes se organizam de formas diferentes e objetivos distintos, mas sempre com a preocupação de manter a periodicidade das exhibições. No Cineclube TJ, as sessões são realizadas na última quinta-feira do mês, às 19 horas, com

Marcelo Albert / TJMG



Sessões do Cine TJ são realizadas na última quinta-feira do mês

entrada franca, no TJMG, no auditório do anexo II, na rua Goi-ás, 255, bairro Goi-ás, em Belo Horizonte.

O Centro de Estudos Cinematográficos promove, na sua sede, na Imprensa Oficial de Minas Gerais, o Curta Degustação às terças-feiras, às 13 horas, com a exibição somente de curtas. Nas sextas-feiras, a instituição realiza o Cinema Falado, às 15 horas.

Com o tempo, alguns cineclubes ampliam suas atividades e acabam sendo transformados em centro culturais, como a Casa de Cássia, em Mateus Leme, que, em todos os sábados, às 19 horas, exhibe filmes nacionais. Aos domingos, às 17 horas, o espaço promove o projeto Cinepreciosidades, com películas raras, cults, undergrounds e modernas. ●

## CONHEÇA ALGUNS CINECLUBES DE MINAS GERAIS



**Cineclube TJ** – Belo Horizonte/MG

**Cineclube Guaxupé - Instituto 14 Bis de Educação e Cultura** – Guaxupé/MG

**Cineclube Jequitibá** – Jequitibá/MG

**Cineclube Latino** – Belo Horizonte/MG

**Cineclube: Arte Em Cena** – Taiobeiras/MG

**Cine Clube Casa Ral** – Diamantina/MG

**Cineclube Budega** – Ubaporonga/MG

**Cineclube Maria Sena** – Caratinga/MG

**Cine Usina de Sonhos** – Itaúna/MG

**Cineponto** – Divinópolis/MG

**Cineclube UNAI** – Unai/MG

**Cineclube Joaquim Pedro de Andrade** – Belo Horizonte/MG

**Casa de Cultura Cássia Afonso Almeida** – Mateus Leme/MG

**Instituto Humberto Mauro** – Belo Horizonte/MG

**Sabotage** – Belo Horizonte/MG

**Uma Tela No Meu Bairro** – Belo Horizonte/MG

Fonte: Conselho Nacional de Cineclubes

**ENTREVISTA >>**  
**DESEMBARGADOR PEDRO ALEIXO**

Por muitas vezes, em um processo de divórcio, os pais podem transferir um sentimento mal resolvido para a criança. Em casos extremos, quando o pai ou mãe induz a criança a romper os laços afetivos com o outro cônjuge, criando até mesmo sentimentos de ansiedade e temor pelo genitor, essa prática é reconhecida como alienação parental.

Apesar de não ser tipificada como crime, a Justiça encontra na legislação amparo para coibir tal conduta, conforme explicou o desembargador Pedro Aleixo, da 16ª Câmara Cível do TJMG.

**O que caracteriza a alienação parental?**

A alienação parental se caracteriza quando o pai ou a mãe age para denegrir a imagem daquele que não tem a guarda da criança, jogando o filho contra um dos dois. Em regra, isso ocorre após a separação de fato do casal. Um dos pais acaba usando a criança para atingir o ex-cônjuge ou ex-companheiro. Isso é muito ruim para a criança que não tem nada a ver com as dificuldades de relacionamento dos seus pais e acaba se sentido pressionado pelos dois lados.

**Como ocorre a alienação parental na prática?**

Com a intenção de manchar a imagem do genitor ausente, aquele que tem a guarda diz ao filho coisas como 'seu pai te abandonou e não gosta mais de você'. Com isso, a criança, que não tem formação, experiência de vida e tão pouca capacidade de se defender desses verdadeiros absurdos, acaba se tornando uma arma contra seu pai ou sua mãe e até contra si própria.

**Apesar de não ser uma prática nova, a alienação parental ganhou repercussão recentemente. Ela é reconhecida em outros países?**

A alienação parental é conhecida pelo menos no ocidente. Não poderia dizer sobre os países do oriente, onde a cultura é bem diferente da nossa. No Líbano, por exemplo, qualquer que seja o fato ocorrido, a guarda é sempre do pai e nunca da mãe. Isso, provavelmente, está ligado à tradição e cultura daquele país.

**A alienação parental chega a ser um crime?**

Há um projeto de criminalização da alienação parental que há bem pouco tempo estava em discussão no Parlamento, para que tal conduta seja tipificada como criminosa. Entretanto, é preciso enxergar essa prática em suas várias esferas do Direito. Na área criminal, pode culminar em multa ou até prisão. No campo do Direito de Família, pode ser decidido, por exemplo, pela

inversão da guarda e direito de visitas. Para cada caso, nós temos medidas pertinentes para coibir essa atitude lamentável.

**Quando uma pessoa constatar que está sendo vítima de alienação parental o que ela pode fazer?**

Caso já haja na Justiça um processo de reconhecimento de dissolução de união estável com decisão a respeito de guarda e visita de filhos. Ou mesmo em um processo de divórcio, ainda que arquivado, poderá ser feita uma petição nos autos principais. Uma vez já constatada a alienação parental é muito comum a distribuição por apenso a esse processo de divórcio de um pedido de inversão de guarda, cujo fundamento é exatamente a alienação parental. No pedido de modificação de guarda, já é possível ensejar a discussão sobre a alienação parental.

**O juiz pode orientar os casais sobre a alienação parental?**

Essa orientação é sempre passada no momento em que se decreta um divórcio, uma separação de fato. Com a divulgação do tema, a própria sociedade reclama. O próprio pai ou mãe já coloca a orientação para o seu advogado e o seu advogado vai colocar isso em mesa de audiência.

**Qual a orientação do Direito nesses casos?**

Em matéria de Direito de Família, é importante que as pessoas trabalhem sempre com a valorização da pessoa humana. O Direito de Família não é uma ciência exata. Caso a caso, circunstância a circunstância, nós vamos ter uma recomendação ou outra. Entretanto, como uma regra geral, inclusive para que se evite a alienação parental, o importante é jamais levar os problemas existentes entre o casal para os filhos. Eles não têm nada a ver com isso. A criança vai ser sempre filho daquele pai ou daquela mãe e nunca vai pretender substituí-los por ninguém. •

“

**A alienação parental se caracteriza quando o pai ou a mãe age para denegrir a imagem daquele que não tem a guarda da criança, jogando o filho contra um dos dois**

**A criança, que não tem formação, experiência de vida e tão pouca capacidade de se defender desses verdadeiros absurdos, acaba se tornando uma arma contra seu pai ou sua mãe e até contra si própria**

**O importante é jamais levar os problemas existentes entre o casal para os filhos. Eles não têm nada a ver com isso. A criança vai ser sempre filho daquele pai ou daquela mãe e nunca vai pretender substituí-los por ninguém**

”

## RECESSÃO

# A ilusão do ajuste nas contas públicas

DESEMBARGADOR TARCÍSIO MARTINS COSTA

Em artigo nesta mesma coluna, de maio de 2015 - Nada há de tão ruim que não possa piorar -, mostramos os números deprimentes da economia brasileira. Três meses depois, infelizmente, nossas previsões se confirmaram. Se o PIB murchou em 2014,

para minguados 0,1 %, o índice mais baixo desde 2009, o FMI estimava para 2015 um tombo ainda mais expressivo, ou seja, 1%. Para os economistas a previsão foi de arrear: queda de 1,8 a 2%. Em suma, o País está em recessão, com

todas as suas consequências, entre tantas outras, a derrocada da arrecadação tributária, dificultando a União economizar e pagar suas contas.

A diferença entre as despesas e receitas, só em junho de 2015, mostrou saldo negativo de R\$ 8,2 bilhões, o maior rombo da história, com queda real - descontada a inflação - de 2,44 %, comparando com igual período do ano passado.

Depois do fim das pedaladas e dos artifícios contábeis, com o ajuste fiscal do ministro Joaquim Levy (Fazenda), cujo sonho era poupar R\$ 66,3 bilhões neste ano (1,1% do PIB), para pagar os juros da dívida da União, nas suas próprias palavras, essencial para evitar o crescimento da dívida pública e afastar o rebaixamento pelas agências internacionais de risco, o discurso do Planalto mudou. Tratava-se de uma fase transitória até as coisas se ajeitarem com a retomada do consumo em 2016. Parodiando Carlos Heitor Cony, “ledo e ivo engano”. Em meados de junho, a equipe econômica

anunciou a “boa nova”, festejada pela militância e radicais do PT. A meta do superávit primário fiscal (sem contar os gastos com o pagamento dos juros), seria de R\$ 8,7 bilhões ou apenas 0,15% do PIB brasileiro. Uma redução de R\$ 57,6 bi, superior a 85%.

Só que, agora, o pretenso acerto das contas públicas ou a arrumação da casa, se de fato acontecer, não vai durar dois, mas, pelo menos, três ou quatro anos. Quase todo o segundo mandato presidencial para consertar os desarranjos do primeiro. O crescimento fraco seria retomado no segundo semestre de 2017 ou mes-

mo em 2018. A guinada radical agravou a crise econômica e, obviamente, a crise política.

Como reflexo imediato, a bolsa desabou, caindo em 30 de julho abaixo dos 50 mil pontos; o dólar disparou, rompendo os R\$ 3,57, maior patamar desde 20 de março de 2013; a inflação superou os 9,5%, ao ano, e os juros subiram ao maior percentual em nove anos, desde agosto de 2006. O Comitê de Política Econômica (Copom), do Banco Central, uma semana depois da redução da meta, anunciou a sétima alta consecutiva da taxa selic, agora, em 14,25%. A decisão foi criticada por empresários e economistas, pois tomada num momento de negócios, empregos e confiança abalados, além da previsão de uma queda mais forte do PIB. Eduardo Belluzzo, professor de economia da Unicamp, criticou acerbamente a medida, por reduzir a atividade econômica e as perspectivas de investimento: “...Nunca vi uma combinação de recessão e política monetária agressiva. Só a Grécia.

Wilson Dias/ Agência Brasil



Ministro da Fazenda Joaquim Levy

A diferença é que, no caso do Brasil, não são as instituições externas que estão obrigando a fazer isso. A troica (Banco Central Europeu, FMI e União Europeia) é daqui mesmo”.

Some-se, ainda, o espectro da perda do grau de investimento pelas agências de rating. Com o rebaixamento, os fundos, que movimentam trilhões de dólares pelo mundo, fugirão como o diabo da cruz. A maioria, por regra, só pode aplicar nos países que ostentem o selo de “bom pagador”. E ainda. Caso consumado, dólar decolará rumo à estratosfera, e o Brasil estará proibido de emitir títulos no exterior, além das empresas que dependem de recursos externos para tocar seus investimentos. A crise, que já é bru-

tal, vai agravar ainda mais a inflação, o desemprego e elevar os juros a níveis siderais.

Na verdade, este governo não se preocupa em reduzir o tamanho do Estado, não existindo qualquer projeto consistente de combate ao desequilíbrio estrutural entre as receitas e as despesas. Se o dinheiro não tivesse sumido a ganância continuaria e não teríamos ajuste algum.

Aviso aos senhores passageiros: com dólar turismo a R\$ 3,70, Miami ficou mais longe. Para os menos afortunados, os que mais sofrem com as barbearagens na economia, as fraudes e a voraz corrupção, uma única saída: desempregados, sentar no meio fio e chorar lágrimas de esguicho. ●

“O pretenso acerto das contas públicas ou a arrumação da casa, se de fato acontecer, não vai durar dois, mas, pelo menos, três ou quatro anos”

“O País está em recessão, com todas as suas consequências, entre tantas outras, a derrocada da arrecadação tributária, dificultando a União economizar e pagar suas contas”

**Desembargador Luiz Carlos Biasutti**

## As Fábulas Imortais

### O CORVO DOENTE (KORAX NOSSON)

ESOPO

#### O Corvo Doente

Um corvo doente disse para sua mãe:

- Mamãe, reze para um dos deuses para que eu fique bom.

- Meu filho, você tem que me dizer a qual dos deuses você não furtou alguma coisa.

- Quem faz mal a todo mundo nem na hora da necessidade consegue amigos.

#### Fábula Romana

Um burrinho tímido era vigiado por um velho pastor. Repentinamente o ancião ouviu um grande clamor dos inimigos políticos que vinham pela estrada. O velho pastor tentou persuadir o burrinho para fugir. O burrinho inteligente perguntou ao dono:

- Por ventura os adversários vão dobrar minhas cangalhas? O velho disse que não seria possível. Então o burrinho comentou- Fico aqui mesmo.

Moral: No governo, muitas vezes só mudam os nomes dos chefes, mas, os pobres ficam na mesma. Aos que gostam ainda da gramática latina a conclusão é esta:

In principatu, commutando sepius, nil praeter domini nomen mutant pauperes.

(Morfologia Latina, pág. 194, João Ravizza da Arcadia Romana).

História sem animais falando, “inventada” por políticos gregos.

Felipe, rei da Macedônia e pai do futuro Alexandre Magno (maior guerreiro da história antiga), resolveu tomar Atenas e Esparta consideradas as mais fortes nações da época. Quiseram que ele não fizesse tal ventura porque a derrota seria certa.

O Rei astuto respondeu aos medrosos generais macedônios: Ninguém resiste a um burro carregado de moedas de ouro que já foi na frente...

Às vezes é bom lembrar fábulas antigas e sempre novas.

QUANDO TRANSPORTAMOS OU GUARDAMOS O SEU PATRIMÔNIO, A SEGURANÇA ESTÁ EM PRIMEIRO PLANO.

34 ANOS

Guarda-móveis  
**gegê**  
MUDANÇAS

(31) 3332.3800 - 3332.4280  
[www.gegemudancas.com.br](http://www.gegemudancas.com.br)

more360

## PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

# Práticas inovadoras trazem celeridade e economia

GERALDO DAVID CAMARGO\*

O Tribunal de Justiça constituiu uma comissão de magistrados para estudar e propor a adoção de práticas inovadoras, no âmbito da Justiça comum de primeiro grau do Estado de Minas Gerais, destinadas à melhoria da prestação jurisdiccional e à redução do acervo processual, sendo que integro esse grupo de trabalho.

É sabido que tudo que busca inovar em algum campo de trabalho sempre encontra resistência de alguns e pessimismo de outros, já que o novo, ou diferente do rotineiro, à primeira vista incomoda e, às vezes, traz intranquilidade.

Refleti muito sobre essa espécie de cláusula aberta tida como 'boas práticas' a ser conjugada com princípios de eficiência, economia de recursos públicos e efetividade, em atos praticados pelo julgador, e que desse resultados úteis ao destinatário final: o jurisdicionado.

Assim, como itens que possam levar a um melhor desempenho da jurisdição, pontuo: 1) saber adaptar-se com os recursos humanos e materiais disponíveis; 2) fixar metas em cada gabinete e respectiva secretaria, onde o juiz assumirá a função de gestor, e ele seja o primeiro a efetivar o que planejou;

crédito



Boas iniciativas aproximam cidadão da Justiça

3) valorizar e dar maior aproveitamento à decisão de primeiro grau pela instância revisora;

4) refletir e reavaliar em ambos os graus de jurisdição sobre o deferimento da assistência judiciária, deixando o benefício de ser regra, e sim uma exceção, desde que não prejudique o acesso à justiça aos efetivamente carentes.

De uma forma, num primeiro momento, tenho convicção de que, para se obter êxito em um projeto, deve-se saber dos recursos que se tem à disposição, tanto humanos como materiais, mas também se conscientizar de que, mesmo se não for possível ampliá-los e ainda que essa ampliação seja necessária, há de se

trabalhar com os meios que se tem no momento.

Em seguida, deve-se fixar metas a serem cumpridas, dentro das limitações de cada um, mas sem o pessimismo de que não se terá como efetivá-las, ou que isso não irá funcionar ou não dará certo, porque aí se cria desestímulo a contagiar toda equipe que gravita em volta do gestor.

É certo que, para se ter um razoável êxito, cada gestor deve eleger as suas prioridades e também ter uma dedicação ao trabalho tanto de presença física como de execução de atos, de forma que os seus subordinados mire-se em seu exemplo, ou até se reavaliem, para não se isolarem, dando ensejo a uma integração positiva.

Também é de se refletir sobre necessidade de uma maior afinidade entre 1º e 2º graus de jurisdição, visando

racionalizar o custo da máquina judiciária e inibir recursos meramente lotéricos, e, para tanto, que fosse adotado na instância revisora um critério nos moldes que o STJ vem difundido no sentido de somente alterar valor arbitrado em condenação pecuniária por dano moral se ele for irrisório ou então exorbitante, porque aí desestimularia recursos desnecessários, face previsibilidade no 'juízo ad quem', com ganhos à segurança jurídica.

Outra questão que também não pode ser esquecida da boa gestão do Judiciário em relação à execução de metas para boas práticas é reavaliação dos

deferimentos dos pedidos de assistência judiciária sem maior indagação.

Não se pode negar que a gratuidade generalizada é incentivo à litigância irresponsável, em detrimento desse serviço público que é a jurisdição. Os casos de gratuidade são excepcionais e específicos, estando tipificados em normas estritas (Cândido R. Dinamarco, 'Instituições de Processo Civil', vol. II, 2001, pp. 629-6303), tanto que a Lei Maior é expressa que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos", ou seja, não se trata de uma regra, e sim de uma situação fática excepcionada apenas a quem comprovar pelos meios legais fazer jus ao acesso gratuito ao juízo.

**“Não se pode negar que a gratuidade generalizada é incentivo à litigância irresponsável, em detrimento desse serviço público que é a jurisdição”**

Em síntese, certamente esses quatro pontos enfocados não resolvem e nem esgotam todos os problemas da jurisdição em primeiro grau, mas, se refletidos, observados e adotados, certamente, contribuiriam em muito para a celeridade e efetividade, e também geraria economia, esta tanto processual como ao erário, e ainda evitaria o uso predatório da jurisdição. ●

(\* Juiz de Direito – 30ª Vara Cível da Capital.



**GRUPO CRÉDITO**

**Dê mais celeridade e êxito aos processos de:**

**Recuperação Judicial**

**Falência**

**Execução**



O grupo atua em todo o Estado de Minas Gerais e em parte do Estado de São Paulo há mais de uma década como auxiliar do Poder Judiciário nas Varas Federais, Cíveis e do Trabalho, nos processos de **Recuperação Judicial, Falência e Execução**.

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37)9947-7742 fernando@grupocrédito.com.br



**Leiloeiros especializados em leilões presenciais e On-line**

Contato (37) 3242-2001 - 0862-5650

**PARTO ADEQUADO**

# Amagis Saúde garante informação a gestantes

A Organização Mundial de Saúde recomenda que o índice de cesáreas realizadas em um país seja de, no máximo, 15% dos partos. No Brasil, entretanto, esse percentual chega a 84% dos procedimentos na saúde suplementar e a 40% na saúde pública.

Para esclarecer sobre os riscos ocasionados pela cesárea à saúde da mulher e do bebê, a Agência Nacional de Saúde (ANS) editou a Resolução Normativa 368, que dispõe sobre o direito de acesso à informação das beneficiárias aos percentuais de cirurgias cesáreas e de partos normais, por operadora, por estabelecimento de saúde e por médico e sobre a utilização do partograma, do cartão da gestante e da carta de informação à gestante no âmbito da saúde suplementar.

Mesmo não tendo um grande número de partos realizados, o Amagis Saúde, seguindo as recomendações da ANS, disponibiliza

às usuárias o cartão da gestante. O documento deve ser entregue à futura mãe logo na primeira consulta pré-natal e deve ser preenchido, mensalmente, com informações sobre peso da gestante, vacinação, resultados dos exames e sintomas apresentados em cada período da gestação.

O cartão da gestante contém importantes informações, como a data da última menstruação, curva de altura uterina, idade gestacional, dados da ultrassonografia, gráfico de acompanhamento nutricional, pressão arterial, batimentos cardíacos, pressão arterial, consulta odontológica, data provável do parto e se há riscos na gravidez.

**PARTO ADEQUADO**

O objetivo do projeto Parto Adequado, promovido pelo Ministério da Saúde e ANS, é mudar o modelo de atenção ao parto, promovendo o parto normal, qualificando os

Alexis Silva



**Iniciativa visa gestação saudável**

serviços de assistência no pré-parto, parto e pós-parto, favorecendo a redução de cesáreas desnecessárias.

O projeto-piloto foi desenvolvido no Hospital Israelita Albert Einstein, de São Paulo, e teve como referência o modelo do Institute for Healthcare Improvement

(Instituto para Melhoria da Assistência Médica, em tradução livre).

O resultado esperado com a iniciativa é a redução dos riscos desnecessários no parto e melhorar a segurança do paciente e a experiência do cuidado para mães e bebês. ●

**NOVOS CREDENCIADOS**

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Belo Horizonte	Angiologia e Cirurgia Vascular	Varizemed	Rua Rio Grande do Norte, 57 Conj. 1001 - Santa Efigênia	(31) 3226-7801
	Ginecologia, Obstetria e Ultrassonografia	Imgo - Uni Clínica Consultórios Médicos	Av. do Contorno, 4989 - Serra	(31) 2510-3131
Montes Claros	Radiologia e Ultrassonografia	Lifescan	Rua Gabriel Passos, 40 - Centro	(38) 3218-8383
Três Corações	Oftalmologia	Focos Excelência em Oftalmologia	Rua Pio Avelar, 15 - Centro	(35) 3231-1280
Uberlândia	Fisioterapia	Interfisio	Rua Monte Alegre, 620 - Aparecida	(34) 3255-8189

**Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

**Presidente da Amagis:**  
Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

**Diretoria do Amagis Saúde:**  
Vice-presidente de Saúde  
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde  
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro  
Juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo

**Conselho Gestor:**  
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira  
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes  
José Geraldo Saldanha da Fonseca  
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital  
Maria Luiza Santana Assunção  
Edison Feital Leite

Suplentes  
Marco Aurélio Ferenzini  
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior  
Marcelo Carlos Cândido  
Dalton Soares Negrão

Suplentes  
Paulo Antônio de Carvalho  
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados  
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo  
Francisco Albuquerque

Suplentes  
Noelmo Adelino Machado  
Mauro Soares de Freitas

**Diretoras de comunicação:**  
Juízas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**  
Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

**Projeto Gráfico:**  
Agência Graffo

**Diagramação:**  
Fosfato Comunicação Digital

**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

## SERVIÇO DE QUALIDADE

# Amagis Saúde mantém alto índice em avaliação da ANS

Nos próximos meses, a Agência Nacional de Saúde deve divulgar o Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), que avalia, anualmente, a qualidade das operadoras de planos privados de saúde. Mesmo faltando alguns meses para o diagnóstico final, análises preliminares, apresentadas pela Consultoria Oliveira Rodarte, indicam que o plano de saúde da magistratura mineira deve manter o alto índice de aprovação dos últimos anos.

A ANS observa quesitos como equilíbrio econômico, atenção à saúde, estrutura e operação e satisfação dos beneficiários. Em todos os itens, a Amagis Saúde tem recebido notas nas faixas mais altas estabelecidas pelo programa de qualificação.

Do ponto de vista financeiro, no qual são observadas as condições de liquidez e solvência e a capacidade de manter as obrigações financeiras junto aos prestadores de serviços, a Amagis Saúde alcançou a pontuação máxima.

A estrutura oferecida aos usuários, com uma rede credenciada composta por cerca de 2 mil prestadores de serviços (consultórios, hospitais, ambulatórios, laboratórios e centros diagnósticos), e o atendimento exclusivo aos

magistrados e seus familiares que reforçam a satisfação do beneficiário (outro item avaliado) com o plano de saúde são mais três aspectos que contribuem para confirmar a excelência do Amagis Saúde.

## AMOR À VIDA

As ações de promoção, prevenção e assistência à saúde (atenção à saúde) também receberam avaliação positiva da ANS. Nesse campo, a Amagis Saúde desenvolve o programa 'Amor à Vida'. Com uma equipe multidisciplinar, os associados e seus dependentes contam com profissionais especializados para auxiliá-los no trabalho de saúde preventiva.

O programa oferece atendimento em cardiologia, endocrinologia, geriatria, odontologia, nutrição e fisioterapia, que desenvolvidos de forma articulada contribuem para o combate de males como a síndrome metabólica, hipertensão arterial e diabetes.

O 'Amor à Vida' promove aulas de hidroginástica e exercícios físicos no Parque Esportivo da Associação.

Para ser atendido pelos especialistas do 'Amor à Vida', é necessário fazer o agendamento prévio. A marcação pode ser feita pelos telefones (31) 3079-3472 ou (31) 3079-3421. ●

Georgia Bacvaroff



Associados praticam exercícios físicos no programa 'Amor à Vida'

## DICAS DA AMAGIS SAÚDE: PROCEDIMENTOS MÉDICOS PRECISAM DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

Para evitar contratempos em alguns procedimentos ambulatoriais, exames médicos, tratamentos seriados e internações eletivas (aquelas que não são de urgência), os usuários dos planos de saúde devem pedir autorização prévia para realizar o procedimento. Para garantir mais rapidez ao atendimento, o associado do Amagis Saúde pode fazer a solicitação com dias de antecedência.

Os pedidos de autorização devem ser feitos pelo e-mail pedidos@amagis.com.br ou pelos números de fax (31) 3079-3484 e (31) 3223-3683. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481, e, inclusive, nos finais de semana e feriados, pelo número (31) 9977-2860, do plano do Amagis Saúde.

### Veja abaixo alguns procedimentos que necessitam de autorização prévia:

- ✓ Tomografia Computadorizada
- ✓ Ressonância Magnética
- ✓ Cintilografia
- ✓ Colonoscopia
- ✓ Endoscopia Digestiva Alta
- ✓ Psicoterapia
- ✓ Fisioterapia
- ✓ Terapia Ocupacional
- ✓ Quimioterapia
- ✓ Videoartroscopia cirúrgica
- ✓ Septoplastia

